

**Patrimônio inconsciente:
Sintomas da colonialidade na paisagem urbana de São Carlos-SP.**

SESSÃO TEMÁTICA: 4 – Dimensão histórica e patrimonial do projeto, do planejamento e da gestão da paisagem

Tiago Fernando Afonso 1
Instituto de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo
E-mail: tiagofa@usp.br

RESUMO

Este trabalho propõe compreender a paisagem urbana brasileira a partir da hipótese do patrimônio inconsciente, que por sua vez, articula psicanálise, teoria da imagem e crítica urbana. A partir das noções freudianas de recalque e retorno, dos conceitos de *Nachleben* e *Pathosformel* warburgiano e da dominação legal-racional de Weber, argumenta-se que a paisagem patrimonializada funciona como superfície de inscrição de conflitos coloniais discursivamente borrados. Em diálogo com urbanismo crítico brasileiro, mostra-se como a cidade brasileira, marcada pela esquizofrenia do território e pela forma urbana patrimonialista, produz mecanismos de esquecimento e sobrevivência que se expressam de modo sintomático no espaço. Metodologicamente, utiliza-se um conjunto de operadores retóricos: ironia, inversão, hipérbole, metonímia e catacrese e estudos de caso de São Carlos-SP envolvendo o Monumento ao Conde do Pinhal, a transformação do Parque da AMOR em posto policial e a monumentalidade religiosa, evidenciam como o recalcado colonial retorna na forma de disputas simbólicas, intervenções críticas e epistemicídios urbanos. Conclui-se que o patrimônio atua, simultaneamente, como dispositivo de dominação e campo de sintomas que tensionam a memória oficial, revelando o inconsciente histórico que estrutura a cidade.

PALAVRAS-CHAVE: patrimônio inconsciente; paisagem urbana histórica; epistemicídio urbano; imagem sobrevivente; disputas de memória.

ABSTRACT

This paper proposes to understand the Brazilian urban landscape through the hypothesis of unconscious heritage, which articulates psychoanalysis, image theory, and urban critique. Drawing from the Freudian notions of repression and return, the Warburgian concepts of *Nachleben* and *Pathosformel*, and Weber's legal-rational domination, we argue that the patrimonialized landscape functions as a surface where colonial conflicts, which are discursively erased, are inscribed. In dialogue with Brazilian critical urbanism, the study shows how the Brazilian city, marked by the schizophrenia of the territory and the patrimonialist urban form, produces mechanisms of forgetting and survival that are symptomatically expressed in space. Methodologically, a set of rhetorical operators: irony, inversion, hyperbole, metonymy, and catachresis, is utilized. Case studies from São Carlos-SP, involving the Monument to the *Conde do Pinhal*, the transformation of the AMOR Park into a police station, and religious monumentality, demonstrate how the colonial repressed returns in the form of symbolic disputes, critical interventions, and urban epistemicides. We conclude that heritage acts simultaneously as a device of domination and a field of symptoms that put pressure on official memory, revealing the historical unconscious that structures the city.

KEYWORDS: unconscious heritage; historical urban landscape; urban epistemicide; surviving image; memory disputes.

INTRODUÇÃO

A paisagem urbana brasileira sempre funcionou como superfície de inscrição das desigualdades históricas. Francisco de Oliveira (1982; 2003), compreende que a produção das cidades no Brasil não obedece a um processo linear de modernização, mas se realiza por meio de uma urbanização da dependência, ou seja, uma forma urbana atravessada pela permanência de estruturas coloniais, pela racionalidade seletiva do Estado e pela normalização da exceção. Nesse sentido, se a cidade é fruto de uma formação social marcada pela simultaneidade entre arcaísmo e modernidade, logo, seus monumentos, templos, praças e nomes de rua são igualmente expressões dessa contradição. Eles não narram apenas o passado, eles organizam o presente, definindo o que deve ser lembrado, o que deve ser apagado e o que nunca deve ser dito, reificando o *Chronos* e o futuro.

Nesse campo de tensões emerge a ideia de patrimônio inconsciente, a hipótese é que a paisagem patrimonializada carrega, em sua aparência estável, os retornos de um passado reprimido que se manifesta constantemente. As disputas contemporâneas em torno de monumentos não são eventos isolados, mas sintomas de contradições sedimentadas, do mesmo modo que, o recalque retorna sob a forma de deslocamentos, sintomas ou lapsos. No espaço urbano, esses retornos se materializam em gestos aparentemente banais, pichação, abandono, proteção seletiva e revelam operações de poder permanentes.

Na metapsicologia freudiana, o inconsciente não é o oposto do consciente, mas sim a composição mais complexa e ativa do sistema psíquico. Conforme explicitado em '*O Inconsciente*' (2010), esse sistema funciona como um grande arquivo onde são depositados os conteúdos reprimidos, ou seja, recalcados, composto por desejos, memórias e impulsos que, por serem inaceitáveis ou dolorosos, são excluídos da consciência moral. A produção inconsciente, no entanto, é viva e indestrutível; exercendo forte influência sobre o indivíduo, retornando de forma distorcida, manifestando-se nos sonhos, nos atos falhos e, notavelmente, nos sintomas neuróticos.

Se, para Freud, o indivíduo se constitui sempre na relação com o outro, borrando a diferença entre psicologia individual e social, para Aby Warburg, as imagens são formas de pensamento que carregam a *psicologia histórica da expressão humana*, nelas é possível reconhecer que a cidade também possui um psiquismo coletivo. Warburg nos ensina a ver a imagem não apenas como objeto material, mas como modo de conceber e formular o passado (Waizbort, 2010, loc. 256). Assim, ao transpor essas perspectivas para o fenômeno social da patrimonialização, propõe-se a ideia de patrimônio inconsciente.

Nesse sentido, essa chave interpretativa está associada às contribuições de Aby Warburg (2003) e sua noção de *Nachleben*, segundo a qual certas imagens sobrevivem ao tempo, reaparecendo de modo deslocado e atualizado. Portanto, as formas monumentais da paisagem urbana de São Carlos, analisadas neste trabalho, funcionam como imagens sobreviventes da colonialidade, suportes de uma memória hegemônica que se perpetua como se fosse natural. Essas persistências são lidas, ainda, como formas de dominação simbólica, aproximando-se da reflexão weberiana sobre legitimação, autoridade e racionalidades de poder.

As tensões em torno de monumentos fundacionais, dos episódios de pichação, depredação simbólica e transformações de espaço comunitário revelam que não estamos diante de uma paisagem neutra, mas de materializações das contradições históricas próprias de uma cidade erguida sobre hierarquias raciais, religiosas e econômicas, cujo espaço urbano expressa o que Milton Santos chamou de esquizofrenia do território (2000,

p. 39), onde coexistem uma cidade regulada pela racionalidade hegemônica e uma cidade vivida por meio de práticas fragmentárias, insurgentes ou silenciadas.

O patrimônio, nesta perspectiva, não é compreendido como herança consensual, mas como campo de disputa e como superfície na qual se inscrevem conflitos de memória, de identidade e de poder. É nesse sentido que propomos a leitura do patrimônio como sintoma, não no sentido metafórico, mas estrutural: ele condensa tensões, revela contradições e expõe o que a mentalidade colonial tenta continuamente recalcar.

A partir desse enquadramento, analisamos três episódios: a estátua do Conde do Pinhal e a ironia monumental da fundação, a transformação da Praça da Amor em posto policial e a inversão como sintoma, e, igrejas como totens hiperbólicos urbanos e da fé. Por meio desses casos, articulados ao urbanismo crítico o objetivo é, portanto, elaborar a construção desse inconsciente coletivo urbano e como essa lógica reguladora da paisagem culmina no epistemicídio urbano.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: Para uma teoria do patrimônio inconsciente

A hipótese do patrimônio como inconsciente urbano demanda uma fundamentação teórica que articule três dimensões, às vezes inseparáveis, a da psicanálise com o recalque e o retorno, a da imagem e sua persistência e atualização (*Pathosformel* e *Nachleben*)¹, e a da dominação legal-racional. Logo, Freud, Warburg e Weber oferecem os eixos centrais dessa fundamentação, mas, para compreender como esse inconsciente se materializa historicamente nas cidades, é preciso cruzar essas referências com o pensamento crítico urbano de Milton Santos (2000) e João Sette Whitaker Ferreira (2022).

De acordo com Sigmund Freud (2010), o inconsciente é constituído por conteúdos reprimidos que, embora silenciados pelo sistema psíquico, jamais desaparecem. Eles retornam como sintomas, lapsos, atos falhos, expressões distorcidas de um conflito que persiste. Em *Totem e Tabu* (2012), a fundação da civilização é metaforizada pelo "assassinato do pai" e a consequente repressão simbólica. O Pai, figura de autoridade inatingível, é substituído pelo Totem, que toma seu significado como Tabu, ou seja, a regra social, que impõe a lei e, ao mesmo tempo, mantém o desejo recalcado.

As formas monumentais, coloniais e eurocêntricas consagradas pelo Estado brasileiro, como estátuas de bandeirantes ou prédios neoclássicos, e também os templos e circuitos de fé, atuam como "totens" da cidade moderna. Elas são, também, a lei, o Pai Totêmico da cultura brasileira que é celebrado e, por isso, não pode ser questionado.

A transposição dessa ideia para a esfera pública colonial encontra seu ápice na imposição religiosa. Conforme Freud discute em *O Futuro de uma Ilusão* (2014), a religião é a neurose obsessiva universal da humanidade, funcionando como a mais poderosa das ilusões, que oferece consolo e segurança em troca da submissão². Na América Portuguesa, o deus

¹ **Pathosformel** (do alemão) é a fórmula visual de um gesto emocional que atravessa épocas, reaparecendo em novas imagens como sobrevivência de um afeto antigo. **Nachleben** (do alemão) é a sobrevivência fantasmática das imagens é o modo como as formas do passado retornam no presente em versões atualizadas e deslocadas.

² Marx vai difundir o dito "**a religião é o ópio do povo**" para argumentar que a religião serve para dissimular a miséria real, iludindo os oprimidos com promessas de felicidade futura e desviando a classe trabalhadora de sua luta por uma vida melhor aqui e agora.

monoteísta europeu e suas estruturas com Igrejas, Santos, rituais impostos, atuam como um derradeiro "Pai Totêmico", impondo sobre as divindades nativas e africanas e fundando a moralidade e a legalidade da colônia. De acordo com Achille Mbembe (2021, loc. 3.606), *"considerava-se que a arte deveria curar o Ocidente de sua infeliz memória e dos novos temores"*. A persistência de igrejas, de bandeirantes em pedestais, de praças concebidas como palcos de civismo e fé, e de arquiteturas eurocêntricas no interior paulista são exemplos de formas monumentais que carregam cargas históricas e afetivas profundas.

No entanto, o conteúdo reprimido não desaparece. *"Juntamente às estatuas propriamente ditas existem outros objetos, monumentos e infraestruturas: as estações ferroviárias, os palácios dos governadores coloniais, as pontes, os campos militares e as fortalezas"* (ibid., loc. 3.604). O "retorno do recalçado" é a manifestação inevitável desses conteúdos, nas memórias, corpos, saberes, práticas que, por não encontrarem vazão na consciência social, irrompem de forma sintomática na paisagem. Gestos iconoclastas, pichações, o abandono de certas áreas históricas ou a manutenção da desigualdade estrutural em zonas patrimonializadas são a manifestação desse recalque colonial que insiste em falar.

Mobilizada na paisagem urbana, essa lógica permite ler a cidade não como superfície homogênea, mas como um corpo simbólico marcado pelos mesmos mecanismos, aquilo que é expurgado da história oficial, a violência colonial, o racismo estrutural, as práticas populares, as memórias subalternas retornam como ruína, abandono, vandalismo, resistências cotidianas e disputas que insistem em afirmar sua presença. *"Objetos considerados não permutáveis (pontes, museus, palácios, infraestruturas) são cedidos aos nativos por uma autoridade brutal no decorrer de uma festa selvagem onde o corpo e a matéria se entrelaçam"* (ibid., loc. 3.618). A paisagem urbana, nesse sentido, é o palco privilegiado do retorno do recalçado.

Para Warburg, as imagens carregam uma psicologia histórica, condensada nas *Pathosformeln* (Waizbort, 2010, loc. 116), gestos expressivos que atravessam épocas e se atualizam em novos suportes. A cidade, repleta de estátuas, símbolos e signos arquitetônicos, funciona como um grande atlas de sobrevivências. Os monumentos, sobretudo os de matriz colonial, não são apenas objetos de memória, mas formas de pensamento que persistem e dominam, atualizando no presente as hierarquias do passado. *"Esses restos do potentado são signos da luta física e simbólica que essa forma de poder foi obrigada a travar com o colonizado"* (ibid. 2021, loc. 3.620). A monumentalidade urbana brasileira, ao exaltar figuras da elite escravocrata ou da colonização, materializa a fórmula de *páthos* e reafirma a ordem racial e social forjada no período colonial. *"O potentado colonial jamais derogou essa regra"* (ibid., loc. 3.627).

Na teoria da dominação de Max Weber (2004) a dominação legal-racional, institucionalizada pelo Estado e naturalizada pela burocracia, garante a eficácia das políticas patrimoniais como mecanismos de poder. O tombamento, apresentado como operação técnica neutra, atua como instrumento para fixar na paisagem aquilo que se deseja eternizar e, por exclusão, elimina da memória pública o que não se enquadra no cânone.

O processo de patrimonialização no Brasil, iniciado com o Movimento Modernista e formalizado com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937, atualmente IPHAN, pode ser lido como o grande sintoma fundacional da

memória oficial brasileira. Na literatura sobre o tema, notadamente no trabalho de Maria Cecília Londres Fonseca (1997) identifica o “movimento fundador” (1930–1940) do patrimônio brasileiro como um momento de profunda intervenção política e ideológica. Este movimento, liderado por intelectuais modernistas preferiu priorizar os

[...] remanescentes da arte colonial brasileira, justificada pelos agentes institucionais como decorrência do processo de urbanização, [...] do saque e comercialização indevidos de bens móveis [...]. No Brasil, esses bens eram identificados pelas classes médias afluentes [...] a um passado arcaico, primitivo, e à presença portuguesa [...] (p. 117).

Neste processo, a dominação legal-racional de Weber adequa-se perfeita e inconscientemente (ou ironicamente consciente), ao construir a imagem de uma nação moderna e coesa, recorrendo à eleição de um passado colonial católico, branco e, sobretudo, estável, como base de uma identidade nacional. O tombamento, a ferramenta central do SPHAN, foi revestido de autoridade técnica e científica, conferindo legitimidade absoluta àquilo que era selecionado para ser “eterno” e, por exclusão, o resto.

Contudo, esse inconsciente urbano, não se estrutura apenas no plano simbólico. Ele é produzido por condições materiais específicas da formação urbana brasileira. Ao descrever a “esquizofrenia do território” decorrente da produção da globalização, Milton Santos revela que a cidade brasileira é constituída por duas lógicas simultâneas, uma corporativa, regulada pelo Estado e pelo capital, e outra popular, onde práticas cotidianas resistem e reinventam o espaço. Associada a essa noção da forma-conteúdo técnico-científica informacional a forma urbana nunca é neutra, mas resultado de processos históricos de dominação que moldam o conteúdo social possível de cada território.

Nesse sentido, a forma urbana patrimonialista, conceito de João Sette Whitaker Ferreira (2022), é a expressão contemporânea dessa esquizofrenia. Para ele essa forma,

[...] é uma construção que reflete uma dualidade histórica entre, de um lado, um grupo minoritário, possuidor das riquezas (fundiárias, industriais, comerciais, financeiras), que detém o poder político e econômico e o exerce de modo onipotente para proteger seus interesses “individuais”, mesmo que sejam um entrave à construção mais ampla da sociedade capitalista clássica (p. 17-18).

Portanto, a preservação material é uma tecnologia de poder que reorganiza o uso da cidade segundo interesses hegemônicos. Tal forma urbana funciona como atualização técnica do recalque colonial, selecionando, estetizando e higienizando o passado, apagando os conflitos que o constituíram.

METODOLOGIA

A análise dos estudos de caso adota uma metodologia baseada na leitura crítica da paisagem urbana por meio de operadores retóricos: ironia, inversão, hipérbole, metonímia e catacrese, compreendidos aqui não como figuras de linguagem, mas como ferramentas de investigação do sintoma urbano. Esses operadores funcionam como instrumentos de decifração capazes de revelar tensões, contradições e retornos do recalcado presentes na paisagem urbana.

Desse modo, longe de serem apenas figuras de linguagem, funcionam como chaves interpretativas onde cada uma opera como uma forma de evidenciar o que é recalcado pela narrativa oficial, aproximando, assim, a investigação urbana da dinâmica freudiana

do sintoma. Esses operadores são particularmente eficazes porque a paisagem monumental brasileira é construída como uma narrativa coerente de origem e toda narrativa coerente, como ensinaria Freud, exige o recalque de contradições estruturais.

A ironia, permite identificar o descompasso entre a celebração pública e a violência fundacional, como no caso de monumentos à bandeirantes.

A inversão explicita o momento em que a ordem simbólica é subvertida e aquilo que deveria ser reverenciado se torna alvo de crítica ou intervenção, ou no caso mais comum, o monumento que se destina a um determinado fim, pode ter o discurso visual e imagético completamente oposto àquele proposto, à semelhança de uma inversão de valores.

A hipérbole expõe o exagero monumental como compensação de uma origem problemática, por exemplo, templos religiosos e arquiteturas cívicas que impõem escalas desproporcionais à vida urbana.

A metonímia, por sua vez, permite ler fragmentos urbanos como condensações de totalidades sociais, desde uma pichação que visa representar todo um ciclo histórico de contestação até o uso de um discurso fora do seu contexto semântico para enaltecer ou reduzir uma importância simbólica.

Por fim, a catacrese indica a falha no discurso monumental ao nomear aquilo que não poderia, expondo o descompasso entre nome e realidade, provocando uma operação recorrente em cidades com marca coloniais.

A aplicação deste método ocorre por meio do exame de eventos específicos na cidade de São Carlos, especialmente aqueles relacionados à monumentalidade colonial e à substituição de uma praça por uma estrutura de vigilância. Trata-se de observar como cada gesto revela a presença de um conflito de memórias que não encontra lugar na narrativa oficial. Tais gestos são analisados como sintomas e não como elucidação do passado, mas retornos do recalcado que expõem falhas da memória pública.

ESTUDOS DE CASO

A análise da paisagem urbana de São Carlos revela, em estrutura psíquica, histórica e política uma cidade que funciona como condensação exemplar do patrimônio inconsciente brasileiro, nela o colonial é monumentalizado; o popular, reprimido; e o conflito aparece nos gestos menos aparentes.

Inversão como sintoma: O antigo Parque da AMOR – Associação de Moradores e Amigos dos Jardins, configurava-se como um espaço de convivência, lazer e expressão artística situado às margens do Córrego Santa Maria do Leme, curso d'água que, por muito tempo, foi conhecido como Galdino. Nas proximidades da confluência com o Rio Monjolinho localizava-se a antiga casa de bombas, inaugurada em 1903 como o primeiro ponto de captação de água da cidade. Desativada na década de 1990, essa área foi posteriormente recuperada pela ONG AMOR, que transformou o local em um pequeno polo comunitário voltado a atividades educacionais, culturais e de preservação ambiental. No início de 2024, contudo, a associação encerrou suas atividades e o espaço foi convertido em um posto policial denominado “Jardim dos Sonhos”, operação urbana que marca uma ruptura significativa na trajetória simbólica e social daquele território.

Figura 1: Transformação da antiga sede da AMOR em Posto policial (antes e depois)



Fonte: Fotografias do acervo da pesquisa

Na perspectiva freudiana, o Parque da Amor representava um "espaço do desejo" (ligado ao *Id* e à livre circulação), um polo de memória e criação comunitária. Sua substituição por um posto policial constitui um recalque institucional, ou seja, uma operação de expulsão da paisagem de um elemento que subverte a narrativa oficial de ordem. O novo equipamento materializa o superego urbano: ele vigia, disciplina e moraliza o espaço. Contudo, como adverte a metapsicologia freudiana, o conteúdo reprimido jamais desaparece, ele insiste em retornar.

A inversão funcional, amor em policiamento é, portanto, um sintoma, se tratando de um ato falho coletivo e revela aquilo que a cidade tenta esconder, mas que ressurge de forma ainda mais evidente. A catacrese nominal, o posto policial – Jardim dos Sonhos, que tem em seu passado o nome Amor, é a falha da linguagem urbana: o termo inadequado evidencia o descompasso entre o desejo oficial e a realidade social. O nome “Amor” já não cabe; e justamente por não caber, torna-se denúncia.

A operação, é ainda exemplar quando associada a forma urbana patrimonialista, se o patrimônio oficial exalta o colonial aristocrático, o espaço popular é apagado para dar lugar à ordem. O epistemicídio urbano opera aqui em profundidade. Não é apenas a destruição de uma praça, é o apagamento de uma forma de estar, de práticas de convivência e de saberes sobre como ocupar o espaço.

A ironia monumental da fundação: O Monumento ao Conde do Pinhal é a imagem perfeita da atualização das *Pathosformeln* coloniais na cidade contemporânea. Ele funciona como o núcleo de fundação moral e local: a figura a quem se deve reverência, cuja autoridade fundadora não pode ser questionada. Sua posição frente à Catedral, no centro simbólico-religioso do poder histórico, reforça seu papel de guardião e protegido do mito fundador.

Figura 2: Monumento ao Conde do Pinhal: Imagem original e imagem após ação iconoclasta.



Fonte: Fotografias do acervo da pesquisa

Na leitura warburguiana, o monumento carrega uma fórmula de *páthos* da elite escravocrata: o gesto de autoridade, a pose de domínio, a inscrição laudatória. Cada elemento formal repete, de modo quase automático, a imagem do senhor de terras que se pretende benfeitor. E é precisamente aí que a ironia estrutural emerge: o monumento celebra o “grande homem”, aquele que “trouxe a luz” para a cidade, enquanto sua fortuna estava ancorada na concentração fundiária e nas hierarquias raciais próprias da ordem colonial. A luz celebrada contrasta com as sombras da história. Esse contraste é a ironia em estado puro: aquilo que se pretende glorioso retorna, na leitura crítica contemporânea, como sintoma do que foi silenciado.

Quando a tinta vermelha escorre desde a cabeça e pelo corpo da estátua, ocorre o que chamamos de retorno do recalcado. A intervenção não é vandalismo, é sintoma. É o inconsciente histórico da cidade tentando reinscrever aquilo que foi excluído pela memória oficial, tensionando o discurso patrimonialista hegemônico.

A catacrese se torna evidente, o elogio inscrito no mármore já não corresponde à leitura social atual. A frase “sempre digno de louvor” torna-se inadequada, deslocada, quase absurda diante da crítica pública. A própria linguagem monumental desmorona sob a pressão do real histórico.

Igrejas como totens hiperbólicos urbanos e da fé: Em São Carlos, como em tantas cidades brasileiras, os templos católicos estruturam o traçado urbano e a imaginação social. A Catedral de São Carlos Borromeu, monumental, central, dominante na paisagem, em frente à praça onde se encontra a estátua do Conde do Pinhal, é um exemplo de como a forma urbana reproduz o gesto colonial. Ela organiza fluxos, define centralidades, produz gradações de valor, simboliza autoridade. É um operador simbólico de autoridade religiosa, na acepção freudiana. Essa monumentalidade comum é, também, uma hipérbole, operador retórico que expõe o exagero e revela a dominação simbólica e material da fé na formação do território.

Esse gigantismo religioso, comparável em lógica (embora não em escala) ao Templo de Salomão, no bairro do Brás na capital paulista ou ao Santuário de Aparecida do Norte, no Vale do Paraíba Paulista, é expressão local da mesma estrutura: a monumentalidade sacra como instrumento de poder. E enquanto a Catedral monumentaliza a elite urbana, templos periféricos, como o Santuário de Nossa Senhora da Babilônia, que conta a tradição que foi encontrada uma imagem intacta sob uma árvore após um incêndio destruidor local, por isso foi construído, não uma igreja, mas um santuário, onde atualmente está guardada a imagem de Nossa Senhora da Conceição Aparecida.

Figura 3: As formas monumentais da fé: Santuário de Nossa Senhora da Babilônia (à esquerda) e Catedral de São Carlos Borromeu (à direita).



Fontes: Nossa Senhora da Babilônia (SÃO CARLOS NOTÍCIAS, 2025); Catedral (SÃO CARLOS NO TOQUE, 2025).

O santuário é ponto de parada do “Caminho da Fé”, que é uma trilha de peregrinação nacional, inspirada em um modelo europeu, o de Santiago de Compostela, que se associa a todas outras procissões e manifestações culturais pelo Brasil, como o Cirio de Nazaré, maior procissão católica do mundo que acontece em Belém, no Pará. Essas manifestações atuam como metonímias da fé popular, condensam a devoção em trajetórias rurais, precárias, afetivas. Os caminhos percorridos e a devoção fora do centro institucionalizado condensam o inconsciente coletivo da fé que subsiste longe da área de controle imediato, mas submetidos à ordem colonial e à colonialidade do pensamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscamos demonstrar que a paisagem urbana de nossas cidades e, em particular, a de São Carlos, pode ser compreendida pela chave do inconsciente urbano: um território onde se acumulam recalques históricos, sobrevivências coloniais e gestos de resistência que insistem em retornar. O patrimônio, longe de ser apenas um dispositivo técnico de preservação, revela-se como um operador psíquico e político que organiza a cidade segundo aquilo que deve ser lembrado ou que deve ser esquecido.

A leitura psicanalítica permitiu a visualização da lógica do recalque que estrutura a patrimonialização no Brasil. Os monumentos coloniais, os templos e os dispositivos de memória oficial funcionam como totens modernos: condensações simbólicas do Pai, da autoridade e da lei, enquanto práticas, saberes e formas de vida populares são sistematicamente excluídos, desautorizados ou transformados em sintoma. O retorno do recalcado aparece justamente nas fissuras: pichações, intervenções urbanas, usos desviantes, ruínas expostas e conflitos em torno de monumentos.

Ao lado de Freud, a contribuição de Warburg mostrou que a imagem é também uma forma de pensamento: as estátuas de fundadores, a estética da vigilância e a devoção monumental são na atualidade, *Pathosformeln* coloniais que persistem porque condensam emoções, violências e fantasias que não foram elaboradas. Weber, por sua vez, possibilitou a compreensão de que a dominação legal-racional transforma esses símbolos em instituições, estabilizando exclusões através de normas, tombamentos, planos diretores e dispositivos técnicos que naturalizam desigualdades.

As contribuições do pensamento crítico urbano brasileiro, sobre a esquizofrenia do território e o diagnóstico da forma urbana patrimonialista, compuseram a moldura estrutural que dá lógica ao recalque. Assim, o inconsciente urbano não opera no vazio, ele é produzido por instituições, racionalidades e técnicas que moldam o território segundo interesses específicos.

O estudo de caso de São Carlos, portanto, tornou essa dinâmica plenamente visível. A iconoclastia na estátua do fundador, a inversão funcional da praça e a monumentalidade religiosa constituem três manifestações dessa dinâmica. Elas revelam que a repressão institucional e simbólica do passado, sobretudo do passado colonial, é continuamente perturbada por retornos, ruídos e gestos que desestabilizam a narrativa oficial.

Por fim, ao mobilizar os operadores retóricos propostos pudemos explorar e decodificar alguns fenômenos como sintomas, no qual gestos, rasuras e desvios atuam como pequenas irrupções do inconsciente histórico que insiste em não desaparecer. Concluímos, portanto, que o patrimônio em nossas cidades não é apenas um conjunto de bens a serem protegidos, mas um dispositivo psíquico-político que articula dominação, memória e identidade. Reconhecer esses sintomas não é apenas um exercício teórico; é uma tarefa crítica urgente para compreender os conflitos contemporâneos da vida urbana, especialmente em cidades médias como São Carlos, onde os mecanismos de esquecimento são mais sutis, porém igualmente profundo.

REFERÊNCIAS

ATLAS SANCA. Santa Maria do Leme. São Carlos, [2021]. Disponível em: <https://sites.usp.br/atlassanca/santa-maria-do-leme/>. Acesso em: 5 dez. 2025.

FERREIRA, J. S. W. A forma urbana patrimonialista: limites da ação estatal na produção do espaço urbano no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, [S.l.], v. 24, n. 1, 2022.

FONSECA, M. C. L. *O Patrimônio em Processo: Trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2007.

FREUD, S. O Inconsciente. In: *Obras Completas*, volume 12. Introdução ao Narcisismo, Ensaio de Metapsicologia e Outros Textos (1914-1916). Tradução Paulo César Lima de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. O Futuro de uma Ilusão. In: *Obras Completas*, volume 17. Inibição, Sintoma e Angústia, O Futuro de uma Ilusão e Outros Textos (1926-1929). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. Totem e Tabu. In: *Obras Completas*, volume 11. Totem e Tabu, Contribuição à História do Movimento Psicanalítico e Outros Textos (1912-1914). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LUCAS, I. Missa em Homenagem ao Papa Francisco será realizada na Catedral de São Carlos. **São Carlos no Toque**, São Carlos, 21 abr. 2025. Disponível em: <https://saocarlosnotoque.com/missa-em-homenagem-ao-papa-francisco-sera-realizada-na-catedral-de-sao-carlos/>. Acesso em: 5 dez. 2025.

MBEMBE, A. Corpo, estátua e efígies. In: *Crítica da Razão Negra*. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018.

OLIVEIRA, F. O Estado e o urbano no Brasil. **Revista Estudos, Espaços & Debates: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, n. 6, set. 1982.

_____. O Estado e a exceção ou o Estado de exceção? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [São Paulo], v. 5, n. 1, p. 9-14, maio 2003.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SÃO CARLOS NOTÍCIAS. Fé e Tradição: São Carlos celebra 298 anos da Festa de Nossa Senhora Aparecida da Babilônia. In: **São Carlos Notícias**, São Carlos, 2025. Disponível em: <https://saocarlosnoticias.com.br/festa-nossa-senhora-babilonia-2025/>. Acesso em: 5 dez. 2025.

WARBURG, A. *Atlas Mnemosyne*. Madrid: Ediciones Akal, 2003.

_____. Histórias de fantasmas para gente grande – Aby Warburg. In: *Escritos, esboços e conferencias*. Organização de Leopoldo Waizbort. Tradução: Lenin Bicudo Bárbara. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

WEBER, M. *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. Brasília: UnB, 2004.